

#ESTUDOEMCASA

BLOCO Nº48

DISCIPLINA História B e Área de Integração

ANO(S) 11ºanoº

APRENDIZAGENS ESSENCIAIS

História B-

Problematizar o processo de democratização, do PREC à progressiva instalação e consolidação das estruturas democráticas, o processo de descolonização, a política económica antimonopolista e a intervenção do Estado nos domínios económico e financeiro.

- Área de Integração:

Relacionar os modelos políticos implementados em Portugal e as suas repercussões, no contexto da construção da democracia nas sociedades ocidentais desde a Primeira República Portuguesa até à Revolução de 25 de abril de 1974 e à descolonização.

Título/Tema(s) do Bloco

A organização política e económica de Portugal após o 25 de Abril de 1974. O processo de descolonização

Documento 1.

Resultados das Eleições Constituintes

25 de abril de 1975

Partidos	%	Mandatos
CDS – Partido do Centro Democrático Social	7,6	17
FEC – Frente Eleitoral Comunista	0,6	
FSP – Frente Socialista Popular	1,2	
LCI – Liga Comunista Internacionalista	0,2	
MDP – Movimento Democrático Português	4,1	5
MES – Movimento de Esquerda Socialista	1,0	
PCP – Partido Comunista Português	12,5	30
PPD – Partido Popular Democrático	26,4	80
PPM – Partido Popular Monárquico	0,6	
PS – Partido Socialista	37,9	116
PUP – Partido de Unidade Popular	0,2	
UDP – União Democrática Popular	0,8	1
Total de mandatos		249

Em *História de Portugal*, dir. por João Medina, vol. XIV, cit.

Documento 2.

Primeira página do semanário *O Jornal*, 8 a 14 de agosto de 1975



Votantes
91,7 %

Abstenção
8,3 %

Branco e Nulos
6,9 %

Documento 3.

A Constituição de 1976 – Preâmbulo

A 25 de Abril de 1974, o Movimento das Forças Armadas, coroando a longa resistência do povo português e interpretando os seus sentimentos profundos, derrubou o regime fascista. Libertar Portugal da ditadura, da opressão e do colonialismo representou uma transformação revolucionária e o início de uma viragem histórica da sociedade portuguesa. A Revolução restituiu aos Portugueses os direitos e liberdades fundamentais. No exercício destes direitos e liberdades, os legítimos representantes do povo reúnem-se para elaborar uma Constituição que corresponde às aspirações do País. A Assembleia Constituinte afirma a decisão do povo português de defender a independência nacional, de garantir os direitos fundamentais dos cidadãos, de estabelecer os princípios básicos da democracia, de assegurar o primado do Estado de Direito democrático e de abrir caminho para uma sociedade socialista, no respeito da vontade do povo português, tendo em vista a construção de um país mais livre, mais justo e mais fraterno. A Assembleia Constituinte, reunida na sessão plenária de 2 de abril de 1976, aprova e decreta a seguinte Constituição da República Portuguesa.

Constituição da República Portuguesa, 2 de abril de 1976.

1

-

Noticiou o semanário *O Jornal* que os "«Moderados» do MFA tomam posição de força" (documento 2). De facto, nove membros do Conselho da Revolução redigiram o *Documento dos Nove*, no qual...

mostravam a necessidade de um golpe de força para consolidar o socialismo.

criticavam a radicalização do processo revolucionário e defendiam a implementação de uma democracia pluripartidária.

defendiam a adoção de um regime socialista de tipo soviético.

defendiam a implementação de um regime social-democrata idêntico aos que vigoravam na Europa Ocidental.

2-

A Constituição de 1976 estabeleceu, entre outros aspetos, que era necessário "abrir caminho para uma sociedade socialista" (documento 3). De facto, este texto constitucional contemplava...

o Conselho da Revolução como órgão de soberania e a manutenção das nacionalizações.

a nomeação do presidente da República pelo Conselho da Revolução e pelo Partido Socialista.

a extinção do Conselho da Revolução e da reforma agrária.

a instituição do Partido Socialista como partido único e a expropriação dos grandes latifúndios.

3- Selecciona a definição de cada conceito referente à política económica levada a cabo após a Revolução de 25 de abril de 1974.

Intervencionismo estatal

Substituição dos corpos gerentes das empresas privadas por comissões administrativas nomeadas pelo Governo. 

Apropriação pelo Estado das grandes empresas ligadas aos setores-chave da economia.

Controlo operário sobre os bancos e das cooperativas de consumo sobre a produção agrícola.

Controlo dos bancos por entidades privadas e reforço do papel do Estado no Banco de Portugal.

Ocupação e expropriação dos latifúndios e constituição de Unidades Coletivas de Produção.

4-


Reforma agrária

Substituição dos corpos gerentes das empresas privadas por comissões administrativas nomeadas pelo Governo.

Apropriação pelo Estado das grandes empresas ligadas aos setores-chave da economia.

Controlo operário sobre os bancos e das cooperativas de consumo sobre a produção agrícola.

Controlo dos bancos por entidades privadas e reforço do papel do Estado no Banco de Portugal.

Ocupação e expropriação dos latifúndios e constituição de Unidades Coletivas de Produção. 

5-

Nacionalizações

Substituição dos corpos gerentes das empresas privadas por comissões administrativas nomeadas pelo Governo.

Apropriação pelo Estado das grandes empresas ligadas aos setores-chave da economia.



Controlo operário sobre os bancos e das cooperativas de consumo sobre a produção agrícola.

Controlo dos bancos por entidades privadas e reforço do papel do Estado no Banco de Portugal.

Ocupação e expropriação dos latifúndios e constituição de Unidades Coletivas de Produção.

6-

Ordena cronologicamente os acontecimentos relativos ao período que se seguiu à Revolução dos Cravos.

Primeira Revisão Constitucional

4

Primeiro Governo Provisório

1

Lei n.º 7/74 que reconhecia o direito das colónias à independência.

2

Golpe militar de 25 de novembro

3